

POVOS indígenas **UMA LONGA CAMINHADA DE MARTÍRIO E SEGREGAÇÃO**



Em 1612, quando a colonização europeia atingiu de forma mais abrangente a Ilha de São Luís, a população indígena beirava aos 250 mil índios em todo o Estado. Quatro séculos depois os índios não passam de 13 mil. Foram quatro séculos de martírios, segregação e chacinas. Foram longos anos de perseguição e sucessivas expulsões das terras que habitavam, aniquilando povos inteiros e reduzindo para apenas nove as nações indígenas do Maranhão, hoje espalhadas por vários municípios.

É um cenário de genocídio que teima em se repetir ao longo da história e que persiste atualmente, "só que com armas mais sutis, como as leis, a corrupção e o poder", como diz Maria Mirtes dos Santos Barros, membro do Conselho Missionário Indigenista (CIMI), na abertura do livro "Povos indígenas no Maranhão: exemplo de resistência". Os métodos de segregação e exploração passam por constantes aperfeiçoamentos e nem sempre aparecem como tais. O exemplo mais claro desta situação pode ser visto agora na reformulação do Estatuto do Índio, onde a deputada Tereza Jucá tenta passar para os políticos estaduais a decisão sobre a exploração das riquezas minerais das reservas.

Não fosse a resistência desses povos, aliada aos movimentos populares, ninguém existiria mais para contar a história e as terras estariam, de vez, transformadas em grandes empreendimentos econômicos para exploração das riquezas naturais. Para os povos indígenas das Américas o pesadelo de genocídio e etnocídio dura exatos 500 anos. Foi em outubro de 1492 que Cristóvão Colombo chegou a este continente, em busca de novas



terras, pensando ser as Índias. São cinco séculos de resistência.

CICLO MARANHENSE - Foi em 1625, com a chegada do Padre Luis Figueiras, que os jesuitas fundaram a missão do Maranhão e deram novos impulsos à ação da Igreja junto às populações indígenas. Os historiadores batizam esta fase de "ciclo da liberdade dos índios", que começou a partir das experiências negativas dos missionários no litoral, o que levou os jesuitas a procurar outro modelo de catequização, diferente do adotado por Portugal. As primeiras tentativas de evangelização no Estado foram registradas, anteriormente, pelos capuchinos franceses Yves d'Évreux e Claude d'Aberville, a partir de 1612, mas terminaram sendo expulsos com a derrota dos franceses, em 1615.

Padre Figueiras resolveu tirar lições do fracasso da atuação missionária no litoral e o primeiro passo foi aprender a língua e os costumes indígenas; depois, a convivência junto aos índios e em terceiro, a defesa da liberdade destes povos. Figueiras, com outros onze companheiros, morreram num naufrágio na Ilha de Marajó, em 1643, o que interrompeu o seu trabalho, só retomado em 1652 com a chegada do Padre Antonio Vieira, que procurou formar ministros da Igreja a partir da prática missionária

nos aldeamentos.

Desde o período colonial a Igreja atua junto aos índios, e mais recentemente criou o CIMI para tratar desta questão e lutar pelo respeito dos direitos e das terras dos indígenas. Esta atuação tem tido várias características de acordo com o tempo, desde posição de apoio à outras de defesa dos interesses dominantes.

A LUTA PELA DEMARCAÇÃO - "A demarcação das áreas indígenas no Maranhão foi fruto da luta dos índios travada na década de 70" conta Cláudio Zannoni, coordenador regional do CIMI. Em muitos casos, porém foi preciso haver derramamento de sangue e mortes para garantir a demarcação ou posse das reservas. Um exemplo atual é o caso da reserva Canabrava, em Barra do Corda, na qual está encravado o povoado São Pedro dos Cacetes (veja box).

Em São Pedro dos Cacetes, o diálogo, uma arma usada pelos brancos para deixar as coisas como estão, está sendo tentado para evitar um novo e iminente confronto. Em tempos passados, os mecanismos de dominação eram menos sutis, e resultaram em grandes massacres como a repressão contra a rebelião dos Tupinambás de Alcântara e Cumã, perto de Guimarães, que em 1618 terminou com o assassinato de

aproximadamente 30 mil índios. A repressão foi conduzida pelo "predador" Bento Maciel Parente, que chegou a ser governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará" distinção dada a muitos falsos heróis neste país.

AUMENTO POPULACIONAL - Apesar dos maus tratos e a insegurança, principalmente no tocante à garantia da posse da terra, a FUNAI registrou um crescimento populacional indígena em todo o Brasil de 25 por cento na década de 80, bastante acima do aumento de população branca no período, que foi de dois por cento. As tribos dos Gaviões, por exemplo, dobraram de número entre 85 e 90. Apesar de tudo, eles não somam mais do que 250 mil em todo país, o correspondente a população indígena que existia no Maranhão em 1612. Tribos inteiras foram dizimadas por extermínio, por meio de guerras, doenças ou invasões de suas áreas naturais. Atualmente as doenças e a fome permanecem matando ferozmente.

"Para as nações indígenas, a terra é um espaço fundamental para que estas se sintam e se desenvolvam como verdadeiras nações. Com efeito, a terra é um bem coletivo do povo e não propriedade particular de alguns. Ela é o território de uma nação. Desse modo, a terra não é simplesmente um meio de subsistência ou uma mercadoria a ser trocada ou vendida. A terra é chão sagrado, de valor absoluto, indispensável para a sobrevivência cultural de um povo. A invasão de uma área indígena ameaça não apenas a propriedade de alguns índios, mas fere profundamente a autonomia política de uma nação", define a visão que todos os índios tem da terra, no livro "Povos Indígenas no Maranhão".

POVOS DIZIMADOS - A terra é o elemento sagrado para os índios.

Existem algumas características que são comuns às várias nações indígenas, como a visão sobre a produção e o trabalho, organização política, religião, educação. No processo de produção, por exemplo, o trabalhador indígena não se desliga, como mostra o livro do CIMI, de outras obrigações de caráter ritual, religioso e social. "O sistema de produção indígena é organizado de tal forma que frequentemente o trabalho se confunde com o lazer e vice-versa, e produzem apenas o necessário para se reproduzirem física, cultural e socialmente de forma digna", diz o livro.

"Para os indígenas, o sobrenatural é frequentemente algo que pertence ao social", mostra o estudo do CIMI. "O religioso permeia de tal forma o dia-a-dia das nações indígenas que para eles não tem sentido limitar as

atividades religiosas dentro de um recinto templo ou santuário e templo específico". O estudo revela também que "a educação indígena se dá no dia-a-dia a partir da experimentação e que a atitude dos adultos em relação às crianças é de profundo respeito". Apesar destas

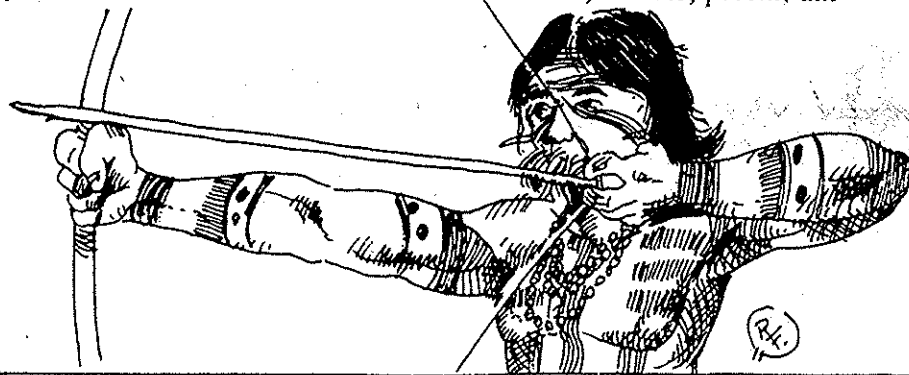
TRONCOS LINGÜÍSTICOS - Os nove povos indígenas maranhenses, apesar das várias tentativas de aculturação, constituem-se cada um numa nação dentro destes moldes, com símbolos próprios. As nações que conseguiram sobreviver estão distribuídas em 16 áreas dentro da

pequeno grupo que veio do Paraguai e vive na área indígena Pindaré, e outro de índios Timbira que moram na área indígena Geralda-Tocopreto. Os Guajajaras são os que há mais tempos têm contato com a população branca e os Guajá os de menor contato.



características comuns, não existe uma nação indígena igual a outra, uma vez que cada uma possui uma identidade sócio-cultural e religiosa próprias, que mesmo com a dizimação de muitos índios, permanece viva.

pré-amazônia maranhense e dividem-se em dois troncos lingüísticos: os Tupi-Guarani (Guajajara, Urubu, Urubu-Kaapor e Guajá) e os Timbira (Canela, Krikati, Gavião e Timbira da Geralda). Existe, porém, um



A história dos índios é muito anterior à aventura destruidora de Colombo e depois, de Cabral.

Existem duas hipóteses para a chegada desses povos ao continente americano. Uma delas diz que vieram a pé da Ásia, há cerca de 40 mil anos, e teriam atravessado um ponto terrestre que existiu entre a Sibéria e o Alasca. Foram sucessivas e frequentes migrações, que desceram pelas Américas, com cada grupo se fixando em determinadas áreas, procurando adaptar-se de melhor forma possível ao ambiente. A segunda hipótese relata que grupos indígenas teriam vindo da Polinésia, através das ilhas do Oceano Pacífico, penetrando o continente pelo sul. As duas possibilidades não são conflitantes.

A língua foi o fator que conseguiu manter viva a cultura, pelo menos as características fundamentais, das nações indígenas maranhenses. Em todo o país, das 78 nações consideradas extintas, no final da década de 60, pelo menos vinte delas conseguiram dar a volta por cima e sobreviver. O país ainda tem mais de 200 nações, falando em torno de 180 línguas diferentes. É pouco para uma população que no século 16 era estimada em cinco milhões de índios.

O índio tem a forma mais racional de explorar a terra. Todas as nações que vivem no Maranhão, com a exceção dos Guajá, baseiam a economia na agricultura de subsistência. Os Guajá são nômades e vivem basicamente de caça, pesca e coleta. Dos que tiram o sustento da agricultura, a preferência de plantio recai sobre o milho, cará, batata-doce, amendoim, mandioca e abóbora. O arroz, que era cultivado como elemento de troca entre os povos de língua Tupi, passou a ser adotado para o consumo. Tudo é feito em épocas apropriadas, a exemplo de caçar e pescar, para manter o equilíbrio da natureza.

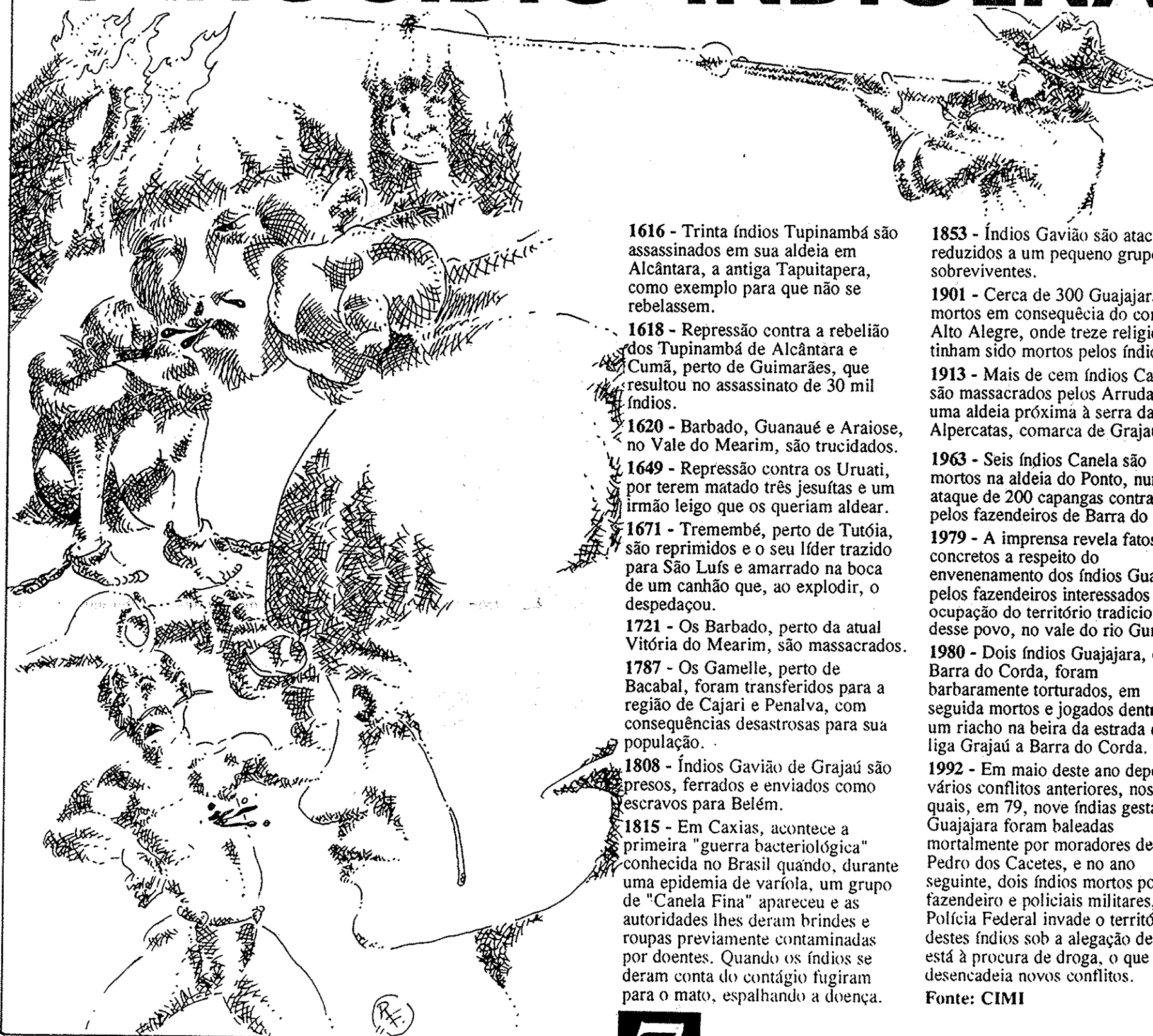
EM BUSCA DA TERRA - A principal dificuldade enfrentada pelos índios maranhenses está na questão da garantia da posse das áreas demarcadas ou dos territórios historicamente ocupados por eles. Muitas das áreas são invadidas por madeiros, coletores de jaborandi, posseiros, grandes grupos econômicos interessados na agropecuária e exploração de

madeira e mineração; e garimpeiros. Os Guajajaras possuem oito áreas, sendo quatro delas demarcadas e homologadas (Pindaré, Caru, Bacurizinho e Morro Branco); uma homologada como colônia indígena (Araribóia); e três apenas demarcadas (Cana-brava, Urucu-Juruá e Lagoa Comprida). A área dos Guajá foi garantida recentemente (Awaá-Gurupi); os

Urubus-Kaapor e Tembê habitam juntos a mesma área homologada (Alto Turiacu); os Krikati estão numa área não demarcada; os Gaviões Pukobiê tem uma área homologada; os Canelas, duas homologadas (Porquinhos e Canela) e os Timbira da Geralda conseguiram que a área fosse demarcada. Em Barra do Corda existe uma área usada tanto pelos

Guajajara como pelos Canelas para a caça. É uma luta diária destes povos na tentativa de garantir pelo menos a posse de um pedaço de terra que lhes assegure a sobrevivência.

CALENDÁRIO DO GENOCÍDIO INDÍGENA



1616 - Trinta índios Tupinambá são assassinados em sua aldeia em Alcântara, a antiga Tapuitapera, como exemplo para que não se rebelassem.

1618 - Repressão contra a rebelião dos Tupinambá de Alcântara e Cumã, perto de Guimarães, que resultou no assassinato de 30 mil índios.

1620 - Barbado, Guanaué e Araióse, no Vale do Mearim, são trucidados.

1649 - Repressão contra os Uruati, por terem matado três jesuítas e um irmão leigo que os queriam aldear.

1671 - Tremembé, perto de Tutóia, são reprimidos e o seu líder trazido para São Luís e amarrado na boca de um canhão que, ao explodir, o despedaçou.

1721 - Os Barbado, perto da atual Vitória do Mearim, são massacrados.

1787 - Os Gamelle, perto de Bacabal, foram transferidos para a região de Cajari e Penalva, com consequências desastrosas para sua população.

1808 - Índios Gavião de Grajaú são presos, ferrados e enviados como escravos para Belém.

1815 - Em Caxias, acontece a primeira "guerra bacteriológica" conhecida no Brasil quando, durante uma epidemia de varíola, um grupo de "Canela Fina" apareceu e as autoridades lhes deram brindes e roupas previamente contaminadas por doentes. Quando os índios se deram conta do contágio fugiram para o mato, espalhando a doença.

1853 - Índios Gavião são atacados e reduzidos a um pequeno grupo de sobreviventes.

1901 - Cerca de 300 Guajajara são mortos em consequência do conflito Alto Alegre, onde treze religiosos tinham sido mortos pelos índios.

1913 - Mais de cem índios Canela são massacrados pelos Arrudas, em uma aldeia próxima à serra das Alpercatas, comarca de Grajaú.

1963 - Seis índios Canela são mortos na aldeia do Ponto, num ataque de 200 capangas contratados pelos fazendeiros de Barra do Corda.

1979 - A imprensa revela fatos concretos a respeito do envenenamento dos índios Guajá pelos fazendeiros interessados na ocupação do território tradicional desse povo, no vale do rio Gurupi.

1980 - Dois índios Guajajara, de Barra do Corda, foram barbaramente torturados, em seguida mortos e jogados dentro de um riacho na beira da estrada que liga Grajaú a Barra do Corda.

1992 - Em maio deste ano depois de vários conflitos anteriores, nos quais, em 79, nove índios gestantes Guajajara foram baleadas mortalmente por moradores de São Pedro dos Cacetes, e no ano seguinte, dois índios mortos por um fazendeiro e policiais militares, a Polícia Federal invade o território destes índios sob a alegação de que está à procura de droga, o que desencadeia novos conflitos.

Fonte: CIMI

SÃO PEDRO DOS CACETES, O SINAL MAIS RECENTE DA VIOLÊNCIA



Um relatório detalhado da Comissão dos Direitos Humanos da seção regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Conselho Missionário Indigenista (CIMI) traça o perfil do mais recente exemplo de abuso contra uma nação indígena, no caso os Guajajaras, que tiveram a reserva Canabrava, em Barra do Corda, invadida por agentes da Polícia Federal, com a falsa desculpa de que estavam, numa "operação especial contra o tráfico e plantio de haxixe". (veja PARCEIRO 10). Dentro da reserva está incrustado o povoado de São Pedro dos Cacetes, habitado por mais de cinco mil "brancos", que a todo custo teimam em permanecer na área. O real motivo da invasão dos policiais foi a tentativa de intimidar os índios.

Apesar de existir uma ordem judicial que manda desligar a

Exemplos de violência contra as nações indígenas permeiam a história do país. Um levantamento do CIMI mostra que no ano passado 26 índios foram assassinados por questões ligadas à terra. O Maranhão foi o Estado campeão, com oito assassinatos. A região

energia elétrica do povoado, por mais de três vezes a população fez o religamento este ano, o que levou os índios a ameaçar por fogo nas linhas de transmissão da Eletronorte. Ao longo dos anos, dezenas de choques foram registrados entre a população do povoado e os índios da reserva, sempre com baixa para a nação indígena. Depois que a área dos Guajajaras foi definitivamente homologada em 91, o clima de animosidade cresceu, com alguns políticos famintos por votos dando apoio à permanência do povoado dentro da reserva.

Os órgãos oficiais garantem agora que a área será desocupada. Mas os índios e entidades de apoio ainda desconfiam. Afinal esta promessa já foi feita e esquecida dezenas de vezes, agravando a difícil, conflituosa e frequentemente violenta relação entre índios e "brancos".

amazônica aparece em primeiro lugar em relação as outras, com 15 assassinatos. Cerca de 200 índios morreram devido a surtos de doenças, principalmente a malária, que em 91 chegou a atingir mais de sete mil índios, matando mais de 121 indígenas.

Assassinatos	26
Tentativas de homicídio	9
Ameaças de morte	14
Prisões ilegais	14
Suicídios	21
Agressões físicas	80
Invasões de garimpeiros	6
Invasões de madeiros/fazendeiros/posseiros	16
Morte por malária	121

PERFIL DAS NAÇÕES INDÍGENAS MARANHENSES

OS GUAJÁ, OS ÚLTIMOS NÔMADES

Os Guajá, índios de língua Tupi-Guarani, são os últimos povos nômades e sem agricultura, e só tiveram sua área tradicional demarcada - nos municípios de Carutapera, Bom Jardim e Zé Doca - este ano, depois de uma campanha nacional que mobilizou todo o país, batizada de "Terra para os Guajá". Ameaçados de extinção no Maranhão, embora não existam dados que possam expressar corretamente sua população, o número de sobreviventes desta nação ao longo das décadas de massacre não chegaria 200.

Apesar do decreto que lhes garantiu

a posse da área está caracterizada como de ocupação tradicional e permanente, a maior parte do território está ocupada por posseiros, por latifúndios e por empreendimentos agroindustriais. O território, segundo o CIMI, foi cortado também pela Ferrovia Carajás, que terminou contribuindo maleficamente para a invasão da área por diferentes tipos de aventureiros e empreendimentos econômicos. Foi a implantação do Programa Carajás, em 1982, que ajudou a tornar ainda mais crítica a situação dos Guajá, amenizados com a decretação da posse de sua reserva.

OS URUBU-KAAPOR

Este povo entrou no território maranhense, vindo do Pará acaçorado por extratores de produtos florestais, na segunda metade do século passado. Foi "pacificado" em 1928 depois de ter participado de vários conflitos e fazendeiros de Viana haverem unido forças em 1923 para caçá-los. Os Urubu-Kaapor costumavam cortar os fios da rede telegráfica e deles retirar o metal para fazer a ponta de suas flechas. A abertura da BR-316 e o projeto de colonização do Alto Turi levaram à invasão do território tradicional dos Urubu-Kaapor. Isto, associado com o contínuo aumento de mortalidade infantil, fez com que sua população fosse reduzida a um pequeníssimo

número.

A partir de 78, no entanto, a população voltou a crescer, depois de um sério atendimento médico e sobretudo em função da demarcação de sua reserva, que trouxe-lhes mais segurança e vontade de viver. A caça, a pesca, a coleta e a lavoura entre este povo são feitos em épocas e locais determinados, obedecendo um ciclo anual de atividades de subsistência. Plantam 28 produtos diferentes, mas a metade do espaço das roças é destinada para a mandioca. E como todos os povos Tupi, têm muita ligação ao mundo sobrenatural, e em Mafra o herói que criou o universo e lhes trouxe a cultura através dos ensinamentos.

OS TUPI DO MARANHÃO

É um povo que mantém muito de sua cultura e religião tradicionais, apesar das várias décadas em contato com os brancos. Têm uma economia baseada no trabalho da roça, com funções diversificadas entre homem e mulher. O habitat natural dos Tupi é a floresta pré-amazônica. As aldeias são construídas geralmente perto dos rios, igarapés e lagoas.

Os Tentehara, que se dividem em Guajajara e Tembé, são a nação mais populosa entre os índios do tronco linguístico Tupi-Guarani, e foram bastante perseguidos pelos franceses fundadores da cidade de São Luís, que buscavam escravos. Expedições eram feitas para capturá-los. Somente por volta de 1680 os jesuítas conseguiram aldear uma parte dos Tentehara no lago de

Yiana, onde criaram a missão de Maracu.

Muitas tentativas foram feitas antes para penetrar no território deles, o que provocou o desaparecimento de aldeias inteiras e até mesmo de povoados, antigas missões e colônias, resultado dos conflitos. O acontecimento que marcou o povo Tenetehara foi o "Massacre de Alto Alegre" no qual religiosos foram mortos, em uma das versões, porque tomavam crianças indígenas dos seus pais e as internavam na missão. Por muito tempo os Tenetehara foram perseguidos por tropas organizadas em Grajaú e Barra do Corda, depois do massacre dos religiosos.

Os Guajajara vivem em oito áreas

indígenas e são os Tenetehara que vivem nos municípios de Barra do Corda, Grajaú, Amarante e Bom Jardim. Apenas quatro destas áreas estão demarcadas e homologadas e o restante apenas demarcada. O povoado de São Pedro dos Cacetes está localizado dentro de uma delas, Canabrava. São conhecidos por Tembê, os Tenetehara que migraram da região do Pindaré em direção aos rios Guamá, Capim e Alto Gurupi, entre o Maranhão e o Pará. São divididos em dois grupos, os Tembê do Guamá, no lado paraense, e os Gurupi, os do território maranhense. Sucessivas epidemias de gripe e sarampo foram responsáveis pela quase dizimação deste povo que, de cerca de nove mil, desceu para apenas 157 na década de 80

Apaniekrá vivem atualmente na reserva Porquinhos e aproximadamente 800 Rankokamekrá na reserva Canela.

A escassez da caça fez com que este povo, que era considerado "o mais feroz de todos os selvagens e também os mais desconversíveis", passassem a sobreviver do artesanato, produzindo lindas redes de tucum, cestos, colares e arcos e flechas. O artesanato faz parte, também, da vida dos Gavião Pukobyê, outra nação Timbira, mas praticam também a tercelagem, uma especialidade exclusiva deste povo. Um elemento importante para tê-los deixados coesos durante os longos anos de tentativa de dizimação foi a língua. A "pacificação" aconteceu por volta de 1850. Oito anos depois a população era de

aproximadamente mil índios, mas na década de 30 desceu para perto de 300. Uma forte epidemia de gripe os levou a abandonar a aldeia Riachinho, em 1970, e os sobreviventes passaram a habitar a aldeia Governador.

Depois de um século de perseguição, os Krikati, que também são Timbira, passam ainda por problemas que dificultam a demarcação de suas terras. Os Krikati vivem entre as cidades de Montes Altos e Sítio Novo, mas antigamente tinham um território mais extenso, aos poucos tomado pelos brancos. A história da invasão dos territórios dos Krikati começou em 1948, quando foi fundada a colônia militar de Santa Teresa, onde mais tarde surgiu Imperatriz, depois a ocupação progressiva desta área foi acontecendo

OS TIMBIRA

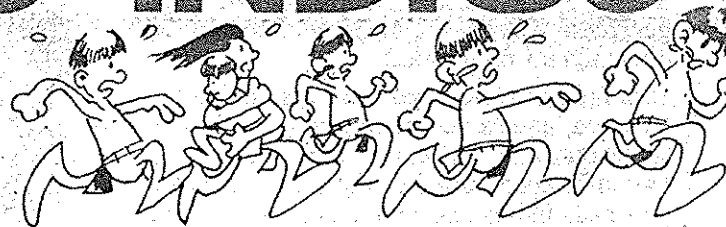
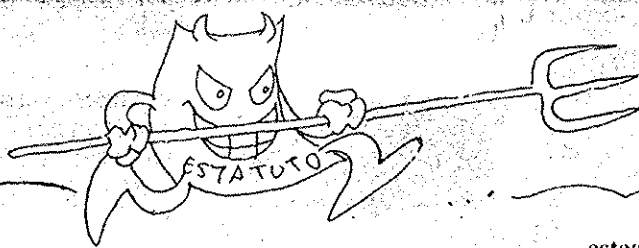
A partir do século XIX os Timbira, povos que habitam o sul do Estado, tiveram seu território invadido pelos criadores vindos dos sertões pernambucanos, da Bahia, de Goiás e do próprio Maranhão. Aprisionados para serem vendidos como escravos em Caxias, jogados pelos brancos em batalhas contras outras nações indígenas para que se matassem uns aos outros ou dizimados pelas epidemias, os Timbira foram presas fáceis para os invasores. Atualmente no Maranhão, da grande nação Timbira restam apenas os Canela Apaniekrá, Canela Rankokamekrá, Krikati e

Gavião Pukobyê. São conhecidos por Canela, os Timbira Apaniekrá e Rankokamekrá, que vivem no município de Barra do Corda. Neste século, dois massacres marcaram profundamente a vida dos Canela: um em 1913, quando mais de cem deles foram embriagados numa fazenda e depois assassinados, porque passaram a caçar o gado, depois do rebanho haver afugentado as caças da área que habitavam; o segundo foi em 1963, quando seis índios foram mortos por fazendeiros furiosos com o desaparecimento de algumas reses. Perto de 300

DIVISÃO DOS ÍNDIOS MARANHENSES PELO TRONCO LINGUÍSTICO

TRONCO LINGUÍSTICO	POPULAÇÃO ()
Tenetehara - Guajajara	9.000
Tembê	170
Tupi-Guarani Urubu-Kaapor	600
Guajá	200
Guarani	20
Canela- Apaniekrá	300
Rankokamekra	800
Krikati	360
Gavião	330
Timbira da Geralda	50
Dados do CIMI (ano 88)	

NOVO ESTATUTO PREJUDICA OS ÍNDIOS



Para o Conselho Missionário Indigenista (CIMI) o substitutivo apresentado pela relatora da Comissão Especial do Estatuto dos Índios, contraria "os direitos fundamentais dos povos indígenas". Três projetos que tratam desta questão tramitam no Congresso Nacional e a relatora, Tereza Jucá, garante que o seu substitutivo é uma fusão deles, no

que é contestado pelo CIMI. "A exemplo do que propõe o projeto do governo, o substitutivo mantém o instituto da tutela, no entanto, de maneira piorada", critica a entidade, que é autora de uma das três propostas.

"Ao propor a emancipação compulsória dos índios, quando

estes assumirem situações nas quais potencialmente possam causar danos físicos e materiais a terceiros, exercer mandato eletivo ou obter carteira de motorista, por exemplo, a deputada demonstra a intenção integracionista de seu projeto. Para Tereza Jucá, em princípio, os índios são incapazes, por si sós, de manter relações com a sociedade envolvente. E só se tornariam capazes quando assumirem os

códigos de nossa sociedade, tornando-se forçada e compulsoriamente, emancipados", denuncia o CIMI. Para a entidade, os índios no Brasil "são cidadãos brasileiros plenamente capazes do ponto de vista jurídico e a eles a Constituição garante tratamento diferenciado, devido a sua diversidade étnica e cultural".

TRANSFERÊNCIA DE PODER - Sobram críticas também contra a

parte do projeto que trata da demarcação das terras indígenas.

"No que diz respeito à demarcação das terras indígenas, a impropriedade do substitutivo é igualmente flagrante ao prever, segundo a deputada, a participação de toda sociedade brasileira por meio de seus representantes". Pela proposta de Tereza Jucá, combatida pelo CIMI, "a demarcação seria homologada pelo Congresso Nacional, depois de ouvidos as Assembléia Legislativa e os governos estaduais".

"Demarcação de terras indígenas é uma questão de competência exclusiva da União", reage o CIMI. "Além disso não se trata de uma questão política a ser acertada por consenso. Trata-se de uma questão administrativa, de reconhecimento

de limites de territórios sobre os quais os povos indígenas têm, segundo a Constituição, direitos originários. Quer dizer, direitos que antecedem à própria existência do Estado brasileiro", lembra a entidade.

ATUAÇÃO ANTIGA - O novo Estatuto do índio é apenas uma das frentes da batalha enfrentada dentro do Congresso Nacional pelo CIMI, um organismo especializado neste tipo de trabalho em defesa das causas indígenas. Mais de 70 projetos de lei tramitam no Congresso relacionados com os direitos dos povos indígenas, e estão distribuídos por temas que vão desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação passando pelo aproveitamento de recursos hídricos e minerais em terras dos índios e a convenção 169 da Organização

Internacional do Trabalho.

Dentro da Lei de Diretrizes e Bases, que trata das bases da educação no país, existe um capítulo que disciplina a educação indígena. E se encontra no plenário da Câmara à espera de votação, depois que recebeu mais de 1.200 emendas. A regularização do aproveitamento de recursos hídricos e minerais teve início com um projeto do ex-senador Severo Gomes, que resultou na apresentação de outros 13 projetos sobre o mesmo tema. A matéria é polêmica porque mexe com interesse de poderosas empresas mineradoras, que se articularam com segmentos militares e empresários de garimpos, que são defensores da exploração mineral das terras indígenas.

Há 20 anos que o CIMI faz este tipo de trabalho em defesa dos povos indígenas, defendendo os seus

direitos em todas as frentes. O presidente da entidade, Dom José Aparecido Dias, aproveitou a 30ª reunião anual da Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, realizada em maio, em Itaici (São Paulo), para fazer um relato da importância do CIMI na defesa das culturas dos povos indígenas e para divulgar dados que mostram que os índios continuam sendo vítimas da violência.

Mostrou, por exemplo, que no ano passado 26 índios foram assassinados, e 206 morreram por doenças. Para o CIMI este quadro existe em função das "ações e omissões do governo". Para o presidente da entidade, "o governo diz basear sua política indigenista no respeito cultural, mas permite a violência e exploração da terra e das riquezas dos territórios indígenas".

UIRÁ SAI A PROCURA DE DEUS

(do livro de Darcy Ribeiro)

"Não são poucas as histórias de índios que foram levados ao desespero, em consequência da expansão da nossa sociedade sobre suas terras e sua cultura. Uirá, um índio Urubu-Kaapor, foi um deles.

Em 1939, uma epidemia de gripe havia assolado a aldeia que Uirá era chefe, matando também um filho seu. Por isso ele declarou-se, ñaron. Quando alguém está ñaron é imediatamente abandonado por todos. Normalmente a pessoa se cura rapidamente, quebrando potes, flechando os animais de estimação e, nos casos mais graves, derrubando a própria casa. Passada a crise, os parentes voltam como se nada houvesse acontecido, reconstrói-se o destruído e a vida prossegue. Mas logo se viu que não se tratava de um simples caso de ñaron, pois Uirá caiu novamente num estado cada vez mais profundo de tristeza. Ele estava apiay.

Para curar-se, o chefe da aldeia resolveu experimentar outro caminho aconselhado pela tradição tribal para as grandes crises morais: transformar as tensões emocionais em furor guerreiro. Mesmo assim ele continuou apiay, pensando no filho morto.

Uirá tinha ainda energia para uma última tentativa, aquela de que falavam os mitos: ir vivo ao encontro de Maфра, o criador. Para os Urubu-Kaapor, esta é a empreitada mais terrível, pois nada indica que Maфра os acolherá. Maфра, para os Kaapor, não é só Deus criador, mas também um ser vivo e atuante. Alcançá-lo com próprio corpo ainda é possível desde que a pessoa esteja a suportar as provações.

E Uirá estava. Pintou-se então de vermelho e preto, conforme ensinou Maфра aos Urubu-Kaapor. Enfeitou-se com os adornos plumários que também foram dádivas do criador. E pegou o arco, as flechas e um cesto com farinha, que deveria levar a Maфра e dizer, quando se encontrasse com ele: eu sou sua gente, a que come farinha.

No rumo que tomava Uirá, sua mulher e os dois

filhos, iriam dar fatalmente em São Luís, capital do Estado do Maranhão. Mas, para ele, esse era o caminho de morada de Maфра. Depois de terem percorridos três centenas de quilômetros, encontraram um acampamento de sertanejos que avançavam pelas matas maranhenses. Vendo Uirá com o corpo pintado e armado de arco e flechas, se lançaram contra eles, prendendo e espancando-os. Como não apareceram outros índios, foram soltos e deixados à própria sorte.



Nos outros vilarejos, a mesma recepção se repetiu. Conta Katãí, a esposa de Uirá: "Os Karaiwa (como os Kaapor chamam os brancos) falavam: Uirá não escutava, não entendia nada. Uirá falava, gritava que ia ver Maфра, mas

ninguém entendia nada. Mais tarde chegaram os Karaiwa que escrevem. Disse a Uirá que aquele não podia ser o caminho de Maфра, mas ele sabia que era. Ele ficou ñaron. Não queríamos seguir adiante, ele nos espancava e obrigava a seguir. Todos os dias batia em nós".

Quando chegaram a Viana, cidade maior que as outras, as autoridades não aceitaram um índio nu. Mas não foi fácil prendê-lo. Para colocar Uirá na canoa que o levaria São Luís, os barqueiros quebraram os remos na sua cabeça e o amarraram. Na capital foi preso pela polícia. Longe da mulher dos filhos e sem possibilidades de fugir, entrou em desespero na prisão, ferindo-se todo. Assim foi encontrado pelos funcionários do Serviço de Proteção ao Índio, que o tiraram da cadeia.

Os três seguiram então para a praia da Madre de Deus. Tentaram atravessar de barco o rio Bacanga, mas, como a maré estava baixa, Uirá e seu filho se jogaram na água e nadaram até a praia, onde deram com um grupo de pescadores. Sem ninguém saber o porque, começou a brigar. Uirá foi amarrado e em seguida espancado. Depois de muito esforço, conseguiu se livrar das cordas e das roupas. Nu, começou a nadar com espantosa rapidez. Mas novamente é alcançado pela polícia. Como a mitologia identifica o caminho de Maфра com o mar, é provável que Uirá tentava novamente alcançar a morada do herói mítico.

A história termina na viagem de volta para a aldeia, pelo rio Pindaré. Uirá não suportou pensar que voltaria para o seu povo depois de tudo que tinha passado. Por isso, lançou-se ao rio. Os pescadores que recolheram o seu corpo tiveram que matar as piranhas que vieram envolvidas nele. De Uirá só restaram mesmo os ossos. Todo o seu corpo havia sido devorado por piranhas. Apesar de tudo, Uirá cumpriu o destino que se propôs. Não podendo ir vivo ao encontro de Maфра, acabou escolhendo a morte, que é também caminho para o criador".